

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA
CAPITAL – SEÇÃO B**

HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES, RG 6569555 SSP/RN, CPF 038.621.204-06, CRM/PE 16636, médico, ortopedista, nomeado por Vossa Excelência para atuar como perito no processo em epígrafe vem **apresentar o laudo médico pericial** e considerando o término de sua atuação, **solicitar a liberação de seus honorários, por meio de alvará bem comoque seja informado quando da sua liberação.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 07 de novembro de 2018.

HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES

CRM/PE 16636



[Art. 31º da Lei 11.945 de 04/06/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

00 12353 - 11.2018.8.17.2001.

Nome completo: GONILDO JOSE FRANCISCO

CPF: 023.555.644-94

Endereço completo:

Local: CAMSRSG BO - PG

Data do acidente: 08/08/2017.

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicados, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de verificação do grau de invalidez permanente em razão do processo judicial nº _____, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na Vara Cível ou JEC da Comarca de _____.

Vara Cível ou JEC da Comarca de
Recife, 30/10/2018.
local e data

San José de los Rios

I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): **PERNAS** **ESQUELETO**

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma. *TRAUMA DO CROTALIO FRACTURA*

III. Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

() Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV. Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) () disfunções apenas temporárias

b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima. *BoR + GDSMS + ARLMENS + OSFORMINSE*

V. Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário PERNA GSW GRAV. ARTROSE exame complementar?

() Sim, em que prazo:

☒ Não

SaúdeSEG Sistemas de Saúde Ltda



Em caso de enquadramento na opção 'a' do item IV ou da resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI. Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) () Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da Vítima)

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1) () Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima)

b.2) ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima)

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

Membro Inferior Esquerdo () 10% Residual () 25% Leve ☒ 50% Média () 75% Intensa

2ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

3ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

4ª Lesão

() 10% Residual () 25% Leve () 50% Média () 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico:

Assinatura do médico assistente - CRM

Recife, 30/10/2018.

Assinatura do médico perito - CRM

Dr. Henrique Marques
Ortopedista - Cirurgia do Joelho
Medicina Esportiva
CRM-PE 18636 - TEST 13253



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ATO ORDINATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no Provimento do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco nº 08/2009, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 152, VI, e do art. 203, § 4º ambos da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, intimo as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o Laudo Pericial de ID 37577269.

RECIFE, 12 de novembro de 2018.

POLIANA DE BRITO LUCENA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que considerando que já houve a juntada do Laudo Pericial, e o requerimento expresso do perito nesse sentido, faço os autos conclusos para fins de liberação dos honorários. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 12 de novembro de 2018.

POLIANA DE BRITO LUCENA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810334

Processo nº **0012353-11.2018.8.17.2001**

AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Expeça-se alvará para liberação dos honorários periciais.

Após, retornem os autos conclusos.

RECIFE, 12 de novembro de 2018.

Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ALVARÁ PARA LEVANTAMENTO DE VALORES

O(A) Exmo.(a) Dr.(a) Juiz(a) de Direito da **Seção B da 20ª Vara Cível da Capital**, **AUTORIZA**, através do presente Alvará, o **LEVANTAMENTO**, pelo beneficiário, do valor autorizado, como descrito no quadro abaixo:

BENEFICIÁRIO (001): HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES - CPF: 038.621.204-06.
VALOR AUTORIZADO: R\$ 300,00 (TREZENTOS REAIS), com juros e correção monetária porventura existentes.
DADOS DO DEPÓSITO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – AGÊNCIA 2717 – OPERAÇÃO 040 – CONTA 01673245-9

Tudo conforme **DESPACHO** de **ID37791312**, dos autos do Processo Judicial Eletrônico-PJe, acima epigrafado:
"DESPACHO Expeça-se alvará para liberação dos honorários periciais."

OBSERVAÇÃO: Este alvará deverá ser levantado junto à **CAIXA, agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE. Horário de atendimento: 10h às 16h.**

Eu, POLIANA DE BRITO LUCENA, digitei e submeto à conferência e assinaturas o presente alvará com o numero de identificação constante no rodapé. RECIFE, 14 de novembro de 2018.

RAQUEL FERREIRA DOS SANTOS NIPPO
Diretoria Cível do 1º Grau
(Assinado eletronicamente)

SERGIO PAULO RIBEIRO DA SILVA
Juiz de Direito
(Assinado eletronicamente)



A validade da assinatura deste documento poderá ser confirmada na página do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco: www.tjpe.jus.br – PJe-Processo Judicial Eletrônico – Consulta Documento [<https://pje.tjpe.jus.br/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>], utilizando o número do documento (código de barras) abaixo identificado.





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ATO ORDINATÓRIO - INTIMAÇÃO PARA LEVANTAMENTO DE ALVARÁ

Em cumprimento ao disposto no Provimento n.º 08/2009 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Pernambuco, publicado no DOPJ de 09/06/2009, e nos termos do art. 162, § 4º do CPC, intimo o perito HENRIQUE AUGUSTO LEITE MARQUES para informar que o(s) Alvará(s) de ID(s) 37878717 encontra(m)-se disponível(eis) para impressão no próprio PJe e podem ser levantados diretamente na Caixa Econômica Federal (agência 1294 – Teatro Marrocos/PE, localizada na Praça da República, 233 – Bairro Santo Antônio, Recife – PE), apenas com a assinatura eletrônica do Magistrado indicada no documento.

RECIFE, 27 de novembro de 2018.

POLIANA DE BRITO LUCENA
Diretoria Cível do 1º Grau



CIENTE





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810334

Processo nº **0012353-11.2018.8.17.2001**

AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Certifique a Diretoria Cível acerca do decurso do prazo relativo ao ato ordinatório de **id. 37760194**.

Após, retornem os autos conclusos.

RECIFE, 27 de novembro de 2018.

Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

Juiz de Direito



Petição



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO Nº 0012353-11.2018.8.17.2001

SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**, que lhe promove **GENILDO JOSE FRANCISCO**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, mui respeitosamente e tempestivamente, à presença de Vossa Excelência expor sua **manifestação quanto ao laudo pericial.**

Inicialmente, calha ressaltar que apesar da parte autora tentar confundir o MM Juízo, aduzindo que em decorrência do acidente de trânsito restou incapacitada permanentemente em seu **grau máximo**, em verdade, o laudo pericial elaborado pelo *expert* do juízo demonstra a claramente que a **invalidez apresentada em que pese permanente é parcial, conforme trecho do lado colacionado abaixo:**

b.2) ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

Pois bem. Observa-se do laudo pericial que a invalidez que acomete a parte autora é parcial e incompleta com comprometimento funcional mensurado em **50% (cinquenta por cento) do membro inferior esquerdo. Vejamos:**

Segmento corporal	
1ª Lesão	
Membro Inferior Esquerdo	() 10% Residual () 25% Leve <input checked="" type="checkbox"/> 50% Média () 75% Intensa

1|



Assim, conforme preconiza o art. 3º, §1º da Lei 6.194/74, para fins de indenização do seguro obrigatório deverão ser aplicados os valores apresentados na Tabela de danos corporais previstos na lei.

A Lei 11.482/2007 trouxe uma alteração legislativa nos valores de indenização de Seguro DPVAT para até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), respeitando-se os percentuais estabelecidos na tabela de invalidez incluída pela Lei 11.945/2009, conforme abaixo:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifo nosso)

Sendo assim, a Legislação é bastante clara ao dispor que em casos de invalidez permanente, o pagamento será em conformidade com o grau de invalidez apurado em laudo pericial.

De acordo com o laudo pericial, restou caracterizado que o autor possui lesão em membro inferior esquerdo, graduada em 75% (setenta e cinco por cento), o que corresponde a uma indenização no valor de R\$ 7.087,50 (Sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

DANOS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00

Vale ressaltar, que a empresa/Ré já efetuou o pagamento administrativo no valor de R\$4.556,25 (Quatro mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), conforme COMPROVANTE a seguir:



COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA	
FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE	
CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A	
BANCO: 001	AGÊNCIA: 1769-8
CONTA: 000000611000-2	
DATA DA TRANSFERENCIA: 09/03/2018	
NUMERO DO DOCUMENTO:	
VALOR TOTAL: 2.531,25	
*****TRANSFERIDO PARA:	
CLIENTE: GENILDO JOSE FRANCISCO	
BANCO: 104	
AGÊNCIA: 03017	
CONTA: 000000030772-9	
Nr. da Autenticação 2EF0A2915514BED3	

Diante do exposto, resta evidente que não merece prosperar o pleito autoral em receber o teto máximo indenizável haja vista que sua Debilidade é parcial e de menores proporções. Levando-se em consideração o percentual apurado no laudo pericial e a indenização paga na via administrativa, em caso de eventual condenação a indenização deve se limitar a diferença entre o percentual apurado e o valor pago administrativamente, qual seja, R\$ 5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais).

Pelo exposto e por tudo mais que consta dos autos, resta indiscutível a **IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS** formulados na exordial haja vista que a Demandada já deu quitação a indenização devida em sede administrativa.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Recife/PE, 28 de novembro de 2018.


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983

ELAINE FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO/OAB - PE 30.612



ANEXO II

(Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).
(art. 3º da Lei nº 9.164, de 19 de dezembro de 1974)

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho						
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé						
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que todas as partes foram regularmente intimadas através do sistema eletrônico para se manifestarem acerca do laudo pericial, conforme determinado no ato ordinatório de ID [37760194](#). A parte ré acostou a petição de ID [38537951](#), ao passo que a parte autora não se manifestou no prazo legal. O certificado é verdade. Dou fê.

RECIFE, 17 de dezembro de 2018.

POLIANA DE BRITO LUCENA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810334

Processo nº **0012353-11.2018.8.17.2001**

AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

SENTENÇA

Vistos, etc.

GENILDO JOSÉ FRANCISCO, por intermédio de advogado, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, aduzindo, em síntese, que em 08/08/2017 foi vítima de acidente de trânsito do qual resultou debilidade física permanente, tendo recebido administrativamente a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) a título de indenização securitária; pleiteando ao final, o recebimento de verba indenizatória complementar no importe de R\$ 10.968,25 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Juntou procuração e documentos.

Contestação (**id. 30467428**) arguindo preliminarmente falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que já procedeu ao pagamento da indenização devida ao autor e requerendo a improcedência dos pedidos iniciais.

Laudo pericial de verificação e quantificação de lesões permanentes acostado aos autos através do **id. 37577269**.



É o relatório.

PASSO A DECIDIR.

Da preliminar de falta de interesse processual.

Tendo em vista que o interesse de agir consiste no binômio necessidade-adequação, o qual traduz a necessidade e utilidade de um provimento jurisdicional, não há dúvidas faz presente o interesse de agir da parte demandante. Explico:

O pagamento da indenização relativa ao seguro obrigatório DPVAT realizado em face de requerimento administrativo não impede que o beneficiário - caso entenda que faz jus a uma diferença complementar - ingresse em Juízo almejando perceber tal indenização residual, caso em que não se pode falar em quitação plena, mas somente parcial. Dessa forma, tenho por rejeitada a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir.

Do mérito.

Constato, de início, que o presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, porquanto a prova pericial necessária ao deslinde da controvérsia foi produzida através de profissional habilitado, conforme documento de **id. 37577269**.

Observo ainda que o acidente apontado pela parte autora ocorreu no ano de 2017, quando em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, acrescentando uma tabela para fins de cálculo da indenização de seguro obrigatório DPVAT.

Conforme art. 31, §1º, inciso II, da Lei 11.945/09 (que alterou os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194/1974), em casos de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional de acordo com a tabela regulamentada pela referida Lei, procedendo-se à redução proporcional da indenização conforme a intensidade da repercussão da lesão.

Neste sentido é o teor da Súmula nº 474 da jurisprudência do E. STJ, verbis: “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.



Pois bem. Do Laudo Médico Pericial de **id. 37577269**, infere-se que a parte demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em Membro Inferior Esquerdo – MIE de repercussão média (50%), que, caso fosse completo, ensejaria o recebimento de indenização no importe de 70% (setenta por cento) sobre o valor integral do seguro, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

No entanto, a invalidez parcial incompleta em membro inferior, de repercussão leve (50%), como é o caso da parte autora, resulta na indenização de R\$4.725,00(quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais).

Considerando que a parte autora confessou ter recebido administrativamente a verba de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), faz jus à diferença consistente em R\$2.193,75(dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos).

Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, julgo **procedente em parte** o pedido formulado na peça vestibular e condeno a demandada ao pagamento do valor de R\$2.193,75(dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em favor do autor, com correção monetária pela tabela do Encoge a partir do ajuizamento e juros de mora de 1%(um por cento) ao mês a contar da citação.

Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e de verba honorária em valor correspondente a 10%(dez por cento) sobre o valor da condenação.

Intimem-se.

Recife, 17 de dezembro 2018.

Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 20ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 39299402, conforme segue transcrito abaixo:

"SENTENÇA Vistos, etc. GENILDO JOSÉ FRANCISCO, por intermédio de advogado, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, aduzindo, em síntese, que em 08/08/2017 foi vítima de acidente de trânsito do qual resultou debilidade física permanente, tendo recebido administrativamente a quantia de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) a título de indenização securitária; pleiteando ao final, o recebimento de verba indenizatória complementar no importe de R\$ 10.968,25 (dez mil, novecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos). Juntou procuração e documentos. Contestação (id. 30467428) arguindo preliminarmente falta de interesse de agir. No mérito, argumentou que já procedeu ao pagamento da indenização devida ao autor e requerendo a improcedência dos pedidos iniciais. Laudo pericial de verificação e quantificação de lesões permanentes acostado aos autos através do id. 37577269. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Da preliminar de falta de interesse processual. Tendo em vista que o interesse de agir consiste no binômio necessidade-adequação, o qual traduz a necessidade e utilidade de um provimento jurisdicional, não há dúvidas faz presente o interesse de agir da parte demandante. Explico: O pagamento da indenização relativa ao seguro obrigatório DPVAT realizado em face de requerimento administrativo não impede que o beneficiário - caso entenda que faz jus a uma diferença complementar - ingresse em Juízo almejando perceber tal indenização residual, caso em que não se pode falar em quitação plena, mas somente parcial. Dessa forma, tenho por rejeitada a preliminar de carência de ação por falta de interesse de agir. Do mérito. Constato, de início, que o presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, porquanto a prova pericial necessária ao deslinde da controvérsia foi produzida através de profissional habilitado, conforme documento de id. 37577269. Observo ainda que o acidente apontado pela parte autora ocorreu no ano de 2017, quando em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, acrescentando uma tabela para fins de cálculo da indenização de seguro obrigatório DPVAT. Conforme art. 31, §1º, inciso II, da Lei 11.945/09 (que alterou os arts. 3º e 5º da Lei no 6.194/1974), em casos de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional de acordo com a tabela regulamentada pela referida Lei, procedendo-se à redução proporcional da indenização conforme a intensidade da repercussão da lesão. Neste sentido é o teor da Súmula nº 474 da jurisprudência do E. STJ, verbis: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Pois bem. Do Laudo Médico Pericial de id. 37577269, infere-se que a parte demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em Membro Inferior Esquerdo – MIE de repercussão média (50%), que, caso fosse completo, ensejaria o recebimento de indenização no importe de 70% (setenta por cento) sobre o valor



integral do seguro, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). No entanto, a invalidez parcial incompleta em membro inferior, de repercussão leve (50%), como é o caso da parte autora, resulta na indenização de R\$4.725,00(quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). Considerando que a parte autora confessou ter recebido administrativamente a verba de R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), faz jus à diferença consistente em R\$2.193,75(dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos). Ante o exposto, com fulcro no art. art. 487, I, do NCPC, julgo procedente em parte o pedido formulado na peça vestibular e condeno a demandada ao pagamento do valor de R\$2.193,75(dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em favor do autor, com correção monetária pela tabela do Encoge a partir do ajuizamento e juros de mora de 1%(um por cento) ao mês a contar da citação. Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e de verba honorária em valor correspondente a 10%(dez por cento) sobre o valor da condenação. Intimem-se. Recife, 17 de dezembro 2018. Sérgio Paulo Ribeiro da Silva Juiz de Direito"

RECIFE, 4 de janeiro de 2019.

POLIANA DE BRITO LUCENA
Diretoria Cível do 1º Grau



EM ANEXO.



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE/PE

Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001 (Processo Eletrônico)

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., já qualificada nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** que lhe promove **GENILDO JOSE FRANCISCO**, não se conformando com a r. sentença neles prolatada, vem, por seus advogados abaixo subscritos, respeitosa e tempestivamente, com espeque no A arts. 496, 513 e ss. do Código de Processo Civil, observadas as cautelas legais e de estilo, dela recorrer por **APELAÇÃO**, conforme anexas razões.

Outrossim, requer que todas as intimações e/ou publicações sejam realizadas exclusivamente em nome **ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983**, com escritório na Rua Condado, 77, bairro de Parnamirim, Município do Recife, Estado de Pernambuco, CEP Nº 52.060-080, sob pena de nulidade.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Recife/PE, 16 de janeiro de 2019.



ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983





AO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Processo nº: 0012353-11.2018.8.17.2001

Recorrente: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Recorrido: GENILDO JOSE FRANCISCO

Juízo de Origem: 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

MEMORIAL DE RAZÕES RECURSAIS

Ínclitos Desembargadores,

O presente **RECURSO DE APELAÇÃO** há de ser recebido, conhecido e provido, ante os fundamentos jurídicos adiante articulados:

I - DOS PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL

Indiscutível a tempestividade da presente Apelação, pois a publicação ciência da decisão *a quo* foi dada em **04/01/2019 (Sexta-feira)**, logo, o prazo legal de 15 dias será exaurido em **08/02/2019 (sexta-feira)**, de sorte que assegurada está a tempestividade da presente peça recursal protocolada nesta data.

Outrossim, segue anexo o comprovante de pagamento do preparo, não havendo óbice processual ao regular processamento do apelo, (**Doc. 01**).

II - FUNDAMENTOS DO RECURSO DE APELAÇÃO

II.1 - ESCORÇO DA LIDE

Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT promovida por **GENILDO JOSE FRANCISCO** em face da **SEGURADORA LIDER DOS**

2|



CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., pleiteando indenização por invalidez que diz ter adquirido decorrente de acidente automobilístico narrado nos autos, ocorrido em **08/08/2017**.

Em r. sentença, este MM. Juízo entendeu pela procedência dos pleitos autorais condenando a parte ré nos seguintes termos:

centavos). Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do NCPC, julgo procedente em parte o pedido formulado na peça vestibular e condeno a demandada ao pagamento do valor de R\$2.193,75 (dois mil, cento e noventa e três reais e setenta e cinco centavos) em favor do autor, com correção monetária pela tabela do Encoge a partir do ajuizamento e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação. Condeno, ainda, a parte ré ao pagamento das custas processuais e de verba honorária em valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Intimem-se. Recife, 17 de dezembro 2018. Sérgio Paulo Ribeiro da Silva Juiz de Direito" RECIFE, 4 de janeiro de 2019. POLIANA DE BRITO LUCENA Diretoria Cível do 1º Grau Assinado eletronicamente

Ocorre que o doutro juiz prolatou tal sentença, sem contudo, levar em consideração a divergência existente no documento médico.

Em face aos fatos apresentados, vêm as recorrentes, diante desta Colenda Câmara Cível, demonstrar as razões do presente recurso de apelação.

II.2 – DAS RAZÕES DA APELAÇÃO

II.2.2 DA CARÊNCIA DE AÇÃO - DA AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO IMPRESCINDIVEL AO EXAME DA QUESTÃO - PRONTUÁRIOS DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR COM DATA DIVERGENTE

Da análise dos fatos trazidos a este juízo, constata-se que a parte autora pretende que o seguro DPVAT a indenize por invalidez permanente que teria como causa o suposto acidente automobilístico narrado em sua peça vestibular. No entanto, conforme brevemente demonstrado, restam dúvidas acerca do nexo de causalidade da debilidade da vítima.



A recorrida informa em sua exordial que sofreu acidente de trânsito no dia **08/08/2017**, foi socorrido e encaminhada para o hospital, **mas anexou aos autos prontuário de atendimento hospitalar indicando o referido atendimento de urgência com data anterior ao acidente 11/08/2017. Vejamos:**

Boletim de ocorrência:



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 006ª CIRCUNSCRIÇÃO - CORDEIRO - DP6ªCIRC
DIM/2ªDESEC

BOLETIM DE Ocorrência Nº. 17E0096005255

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **04/09/2017** às **15:16**

Complementado pelo BO Número: **17E0096006602**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados) que aconteceu no dia **8/8/2017** no período da **Manhã**

Fato ocorrido no endereço: **PE-05 - CAMARAGIBE - CAMARAGIBE/PERNAMBUCO/BRASIL** Próximo a:
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE, 1 - Bairro: CENTRO - CAMARAGIBE/PERNAMBUCO/BRASIL
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
NÃO IDENTIFICADO (AUTOR / AGENTE)
CLAUDIA MELO DE ALBUQUERQUE (OUTRO)
GENILDO JOSE FRANCISCO (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): GENILDO JOSE FRANCISCO
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): NÃO IDENTIFICADO





Documento médico:

UPA24H - UNID. RÁPIDO ATEND CAXANGA

Resumo da Classificação: e. Uti - Protocolo UPA CAXANGA - (SUS BH)

Data e hora retirada de: 11/03/2017 09:55

Nome do paciente: GENILDO JOSE FRANCISCO

Cód. Paciente:

Data do Nascimento:

Sexo: Masculino

Idade: 41

Senha: OR0011

Convênio:

Atendimento: SAME: RECEBIMENTO DE AUTOS

Período: 11/08/2017 10:01 - 11/08/2017 10:02

JAMILLE SIQUEIRA JUNIOR (Sf(a), Dr(a), Juiz(a) de Direito com documento de identidade nº 111918) FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: URGENTE

Cor: VERDE

Queixa Principal: RELATA DOR + EDEMA EM MIELO POS TRAUMA HA 4 DIAS, POS ACIDENTE DE TRANSPORTE

Observação: 17ª Vara Cível da Capital - Seção A
NEGA ALERGIA
HISTÓRIA
DM

Fluxograma sintoma: ACIDENTE DE TRANSPORTE

Discriminador(es): TRAUMA DE BAIXO IMPACTO

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos: - P.A. SISTOLICA: 140.00 MM/HG
- P.A. DISTOLICA: 80.00 MM/HG
- TEMPERATURA(C): 35.90 C°

É sabido que deve ser verificada com extrema cautela se a parte autora carece da ação por não ter feito a comprovação documental da sua pretensão. Ou seja, urge a imperiosa necessidade de se verificar se a parte autora preenche todos os requisitos necessários para a percepção do benefício oriundo do Seguro DPVAT.

Essa prova documental incumbe a parte autora, não só em função do que consta expressamente na lei específica, como em razão de ser constitutiva do seu direito, de conformidade com o que estabelece o art. 373, I, do NCPC.

Sendo assim, tratando-se de documento indispensável à instrução da petição inicial, deve-se aplicar o art. 321, podendo a parte autora ser intimada a sanear o feito acostando aos autos prontuários de atendimento médico hospitalar de urgência posterior ao acidente, todavia, caso não haja cumprimento, aplicar-se-á o parágrafo



único do citado artigo, de modo a indeferir a pretensão inicial, julgando extinta a ação na forma do **art. 485, inciso I e IV**, todos da Lei Adjetiva Civil.

III - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer a Apelante a apreciação do presente recurso de Apelação, buscando seu acolhimento **pugnando pela anulação *in totum* da Sentença a quo.**

Por fim, requer que todas as intimações e/ou publicações referentes a esse processo sejam realizadas EXCLUSIVAMENTE em nome do Advogado ANTONIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA, OAB/PE nº 16.983 e OAB/RN nº 1066-A, com escritório no endereço expresso no timbre desta, sob pena de nulidade.

Termos em que,
Pede e espera deferimento.
Recife/PE, 16 de janeiro de 2019


ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA
ADVOGADO/OAB- PE 16983



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
16/01/2019 - AUTOATENDIMENTO - 12.23.22
1509101509 SEGUNDA VIA 0012


COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: RUEDA & RUEDA ADVOGADOS
AGENCIA: 1509-1 CONTA: 43.904-5
=====


Convenio	TIPE SICAJUD	
Codigo de Barras	85600000003-9	57530487201-4
	91231000032-4	48690000000-2
Data do pagamento		16/01/2019
Valor em Dinheiro		357,53
Valor em Cheque		0,00
Valor Total		357,53

DOCUMENTO: 011613
AUTENTICACAO SISBB: 0.820.049.E28.3FA.A83




	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA 114
				05 - DATA DE EMISSÃO 15/01/2019 19:09
03 - NÚMERO DA GUIA 324869	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - CNPJ: 09.248.608/0001-04		DATA DE VENCIMENTO 31/12/2019	
06 - NATUREZA DA AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM		07 - Nº DO PROCESSO 0012353-11.2018.8.17.2001		08 - VALOR DECLARADO R\$ 11.300,00
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
9	1	Em todos os processos cíveis		R\$ 244,53
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 113,00
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR Processo Judicial Eletrônico - Recife				14 - VALOR TOTAL R\$ 357,53

85600000003 9 57530487201 4 91231000032 4 48690000000 2

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA 114
				05 - DATA DE EMISSÃO 15/01/2019 19:09
03 - NÚMERO DA GUIA 324869	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - CNPJ: 09.248.608/0001-04		DATA DE VENCIMENTO 31/12/2019	
06 - NATUREZA DA AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM		07 - Nº DO PROCESSO 0012353-11.2018.8.17.2001		08 - VALOR DECLARADO R\$ 11.300,00
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
9	1	Em todos os processos cíveis		R\$ 244,53
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 113,00
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR Processo Judicial Eletrônico - Recife				14 - VALOR TOTAL R\$ 357,53

85600000003 9 57530487201 4 91231000032 4 48690000000 2

	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ CUSTAS INTERMEDIÁRIAS		01 - BANCOS CREDENCIADOS BANCO DO BRASIL	02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA 114
				05 - DATA DE EMISSÃO 15/01/2019 19:09
03 - NÚMERO DA GUIA 324869	04 - CONTRIBUINTE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A - CNPJ: 09.248.608/0001-04		DATA DE VENCIMENTO 31/12/2019	
06 - NATUREZA DA AÇÃO PROCEDIMENTO COMUM		07 - Nº DO PROCESSO 0012353-11.2018.8.17.2001		08 - VALOR DECLARADO R\$ 11.300,00
09 - CÓD. DO ATO	10 - QUANT.	11 - OBSERVAÇÃO		12 - VALOR COBRADO
9	1	Em todos os processos cíveis		R\$ 244,53
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 113,00
13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR Processo Judicial Eletrônico - Recife				14 - VALOR TOTAL R\$ 357,53

85600000003 9 57530487201 4 91231000032 4 48690000000 2







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE
- PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810334

Processo nº **0012353-11.2018.8.17.2001**

AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal.

Após, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos ao E. TJPE.

RECIFE, 5 de fevereiro de 2019.

Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

Juiz de Direito





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0012353-11.2018.8.17.2001
AUTOR: GENILDO JOSE FRANCISCO

RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

INTIMAÇÃO DE DESPACHO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 20ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor do Despacho de ID40797816, conforme segue transcrito abaixo:

" Intime-se a parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso, no prazo legal. Após, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos ao E. TJPE. RECIFE, 5 de fevereiro de 2019. Sérgio Paulo Ribeiro da Silva Juiz de Direito "

RECIFE, 5 de fevereiro de 2019.

MARIA CELSA ALBUQUERQUE PORTELA DE AGUIAR
Diretoria Cível do 1º Grau



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DO RECIFE – PE.**

Proc. nº 0012353-11.2018.8.17.2001-B

-

-

GENILDO JOSÉ FRANCISCO, já devidamente qualificado nos autos da AÇÃO DE COBRANÇA de número acima epigrafado, que move contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, vem, respeitosamente, à presença de V.Exa., por intermédio de seus procuradores e advogados infra-assinados, apresentar CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO interposto pelo referida seguradora, na forma que seguem anexa.

Recife, 11 de FEVEREIRO de 2019.

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS

OAB/PE 17.828



CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

-

-

EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

-

Proc. nº 0012353-11.2018.8.17.2001-B

Origem: 20ª Vara Cível da Comarca do Recife – PE – Seção B

Apelante: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Apelado: GENILDO JOSÉ FRANCISCO

-

-

COLEND A CÂMARA:

A sentença proferida não merece reforma, pois proferida dentro do mais profundo e basilar direito.

Assim, não assiste razões à APELANTE.

Corolário, restou provado nos autos, inclusive, através de perícia médica, que o AUTOR ficou com seqüelas.

Logo, o que se ver é que ao contrário do afirmado pela APELANTE, o laudo pericial verificou a lesão do AUTOR, atribuindo-lhe o valor da condenação.

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre* – DPVAT.



Posteriormente, a Lei 8.441/1992 veio ampliar a indenização, com o intuito de tornar mais efetiva ao fim que se destinava.

O seguro obrigatório, como é comumente conhecido, é um seguro especial de acidentes pessoais, decorrente de uma causa súbita e involuntária, destinado às pessoas transportadas ou não, que porventura venham a ser lesionadas por veículos em circulação.

Na lição de Sérgio Cavalieri Filho, pode-se dizer que o seguro obrigatório deixou de ser caracterizado como um seguro de responsabilidade civil do proprietário, para se transformar em um *seguro social* em que o segurado é indeterminado, o se tornando conhecido quando da ocorrência do sinistro, ou seja, quando assumir a condição de vítima de um acidente automobilístico. Segundo o autor, o proprietário do automóvel, ao contrário do que ocorre no seguro de responsabilidade civil, não é o *segurado*, e sim o *estipulante em favor de terceiro*.

Sob esta interpretação, pode-se dizer, ainda conforme o precitado autor, que não há um contrato de seguro propriamente dito, e sim uma obrigação legal, um seguro de responsabilidade social imposto por lei, para cobrir os riscos da circulação dos veículos em geral.

Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil. É, aliás, condição para que os veículos possam trafegar, como aponta Rui Stocco em RESPONSABILIDADE CIVIL E SUA INTERPRETAÇÃO JURISPRUDENCIAL, RT, p. 205.

E continua o ilustre doutrinador sobre o tema: “É caracterizado como uma interferência do poder público na liberdade das pessoas, com o objetivo de proteger as vítimas de acidente, nas atividades que considerou de extremo perigo como *ad exemplum*, a condução de veículos automotores”.

Conforme preceitua o art. 5º da Lei nº 6.194/1974, de 19/12/1974: “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia da responsabilidade do segurado”.



O artigo 3º daquele diploma legal, foi alterado pelo art. 8º da Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, que passou a estipular os seguintes valores a serem cobertos pelo seguro. Vejamos:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada.

I – R\$ 13.500,00(treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – ATÉ R\$ 13.500,00(mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III – ATÉ R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Resta claro e provado que não foi pago a parte autora o valor a que teria direito, e, assim sendo, impõe-se a manutenção da sentença, com a condenação da APELANTE ao pagamento integral do valor do seguro, conforme estabelecido no art. 3º e seus incisos da Lei 6.194/1974:

APELAÇÕES CÍVEIS - SEGURO DPVAT - DIFERENÇA DEVIDA - PAGAMENTO REALIZADO A MENOR NA ESFERA ADMINISTRATIVA - PRESCRIÇÃO INEXISTENTE - RECÁLCULO DO VALOR DEVIDO - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSOS CONHECIDOS COM PARCIAL PROVIMENTO DO PRIMEIRO E NÃO PROVIMENTO DO SEGUNDO. - Em obediência à hierarquia das normas e ao princípio da legalidade, não possui o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) ou a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) competência para fixar e/ou limitar o valor da indenização para o seguro DPVAT. - Em obediência ao princípio do 'tempus regit actum', a concessão da indenização do seguro DPVAT está atrelada aos requisitos previstos na legislação de regência vigente no momento do acidente automobilístico. - A ausência à época de parâmetros para quantificar valores, não autoriza a fixação da indenização em seu teto máximo, pois a palavra "até", constante do art. 3º, b, da Lei n.º 6.194/74, em sua redação primitiva, impõe ao juiz o dever de julgar com razoabilidade e equidade, adaptando a regra existente, mesmo que lacunosa, à situação concreta, observando-se os critérios de justiça, sob pena de se ferir os preceitos insculpidos no art. 4º, da LINDB, e art. 126, do CPC. Súmula n.º 474, do STJ. - O prazo prescricional para



cobrança do seguro obrigatório encontra-se regulado pelo inciso IX, do parágrafo terceiro, do artigo 206, do Código Civil de 2002, tratando-se de seguro de responsabilidade civil (objetiva) obrigatório. Súmula 405, do Superior Tribunal de Justiça. Prescrição trienal não reconhecida, pois o lapso temporal que medeia a data do recebimento parcial da verba indenizatória e a data do ajuizamento da ação é inferior a 03 (três) anos. - Recebida administrativamente a indenização a menor, o valor da diferença deve ter por base o salário mínimo vigente à época do pagamento realizado a menor, eis que fora o salário utilizado para se calcular o pagamento efetivado, nos termos do art. 5º, § 1º, da Lei n.º 6.194/74, e, a partir desta data, acrescido de correção monetária pelo índice da CGJ/MG, além de juros de mora, contados a partir da citação. - Sucumbência recíproca. Custas e honorários proporcionais. (TJ-MG - AC: 10687090726823001 MG, Relator: Corrêa Camargo, Data de Julgamento: 23/04/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/04/2013)

Assim, há que ser mantida a sentença proferida.

-

DO PEDIDO

-

Diante do exposto, requer, respeitosamente, aos Nobres Julgadores:

1.- O não acolhimento das alegações da APELANTE, mantendo-se a sentença em todos os termos proferidos, por ser do mais alto grau de direito e de justiça.

Recife, 11 de fevereiro de 2019.

GISELLE VALENÇA DE MEDEIROS

OAB/PE 17.828

